

## AS TEORIAS DO JORNALISMO COMO DISPOSITIVO PARA COMPREENSÃO DO JORNALISMO: REFLEXÕES METODOLÓGICAS<sup>1</sup>

Felipe Simão Pontes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Ao trabalhar referências como Bourdieu (1996), Foucault (2005) e Ricouer (2007), o texto discute teóricas metodológicas para compreender a busca de autonomia pelo jornalismo. Especificamente, como pesquisadores, professores e jornalistas estabelecem para si e para o jornalismo uma trama capaz de recontar a história do jornalismo como prática profissional e reflexão acadêmica e, ao mesmo tempo, como essa maneira de contar pode transformar o deslocamento desses atores no interior dessa prática. Destaca-se o importante papel de crítica constante das fontes como a priori metodológico, remetendo ao caráter de monumento de tais fontes, o que indica a necessidade de análises acerca das condições de sua produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Crítica das Fontes; Política; Cultura; Epistemologia.

Este texto pretende constituir algumas possibilidades teórico-metodológicas para se pensar como o jornalismo e os jornalistas estabelecem reflexões sobre si. Para tal intento, reconhece-se a crítica das fontes como *a priori* do fazer da pesquisa, refletindo sobre outras experiências teórico-metodológicas que ofereçam alguns instrumentos para fortalecer e reconhecer a peculiaridade de tal empreendimento. Alguns conceitos de Bourdieu (1996), Foucault (2005) e Ricouer (2008) servem na tessitura desse quadro de embasamento teórico. Isso também é possível a partir do diálogo com algumas experiências de pesquisa importantes nas ciências sociais e históricas como Hunt (2007), Dosse (2009) e Micelli (2001; 2009). Em um primeiro momento, expõem-se aspectos do problema de pesquisa aventado para depois estabelecer comparações e qualificar o olhar a partir das referências citadas.

A análise conceitual e de procedimentos com os dados em pesquisas histórico-sociais é pertinente para reconhecer como se dá a busca por autonomia do jornalismo. Especificamente, como pesquisadores, professores e jornalistas estabelecem para si e para o jornalismo uma trama capaz de recontar a história do jornalismo como prática profissional e reflexão acadêmica e, ao mesmo tempo, como essa maneira de contar pode transformar o deslocamento desses atores no interior dessa prática. A atenção volta-se para a capacidade de produção de teorias acadêmicas que galgam uma validade metodológica e epistemológica. Essas proposições teóricas estão presentes em manuais e artigos que reúnem e propõem teorias do jornalismo. Ou seja, textos que defendem a capacidade de reflexão acerca das regularidades e/ou da essência do que seja o jornalismo.

---

<sup>1</sup> Ensaio apresentado como dispositivo de avaliação da disciplina “Tópicos Avançados em Metodologia”, ministrada pelo professor Dr. Alexandre Bergamo Idalgo.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia Política pela UFSC, jornalista formado pela UEPG e mestre em Jornalismo pela UFSC. E-mail: felipe271184@yahoo.com.br.

As teorias servem como dispositivo para o reconhecimento das práticas empresariais, de ensino e sindicais. Podem-se indicar *a priori* quatro aspectos que os agentes do jornalismo buscam na defesa por constituição de teorias e práticas de pesquisas válidas: a) o reconhecimento da profissão do jornalista e de sua necessária ordenação (com conselhos ou ordens que servem como fiscalizadores, mantenedores e reguladores dessa profissão); b) a necessidade de formação específica para o jornalismo (com cursos de graduação justificados pela peculiaridade das teorias e técnicas necessárias para o reconhecimento da profissão, bem como da permanência de sua práxis); c) o reconhecimento da especificidade acadêmica (com o fortalecimento da pesquisa e do ensino, garantia de autonomia de departamentos e de verbas estatais para a pesquisa); e d) a autonomia no exercício de suas atribuições profissionais frente aos governos e ao mercado (definindo o jornalista como independente de pressões políticas e financeiras tanto de fontes e anunciantes como dos proprietários dos veículos de comunicação).

No século XIX e início do século XX, as emergências da profissão de jornalista, do ensino de jornalismo e o aumento vertiginoso da influência dos produtos jornalísticos promovem debates profícuos no campo intelectual e político, principalmente na e com a nascente sociologia, a teoria literária, a história e a filosofia. O jornalismo costuma ser localizado no âmbito da indústria cultural quando da divisão proposta pela literatura entre alta cultura e cultura para a massa. Por outro lado, está localizada em um fragmento da realidade que pode servir de dispositivo para o pensamento filosófico (como em Hegel). Como uma pseudo-ciência ou como um objeto de pesquisa interessante para a sociologia e a ciência política. Um fragmento desconexo de temporalidade que pode servir, talvez, de documento incerto para a história. Para muitos jornalistas e pesquisadores da área, o jornalismo é uma forma específica de conhecimento, nem melhor nem pior que as outras áreas, diferente (MEDITSCH, 1997).

A pergunta que os pesquisadores mais costumam enfrentar é com que régua medir o conhecimento ou o que é produzido pelo jornalismo. Se a medida for a capacidade de desenvolvimento ficcional do romance ou a profundidade e o labor metodológico da sociologia, o produzido pelo jornalismo é muito próximo do senso comum, sem muita capacidade de sistematização. Em outro aspecto, a defesa da especificidade do reconhecimento tende para a defesa de que uma sistematização profunda baseada na forma de pensar do jornalismo e daqueles que acessam e constroem a realidade a partir dele. Por isso, a busca pelas teorias (como acontece com o direito, com a economia, com a antropologia)

torna-se um dispositivo importante para a busca do crivo, do reconhecimento acadêmico e das demais instituições sociais<sup>3</sup>.

As relações complexificam-se conforme se reconhece os debates das diferentes posições acerca da autonomia ou não do jornalismo. Costuma permanecer em uma superficialidade que desconhece as dinâmicas do jornalismo (ou que assim o faz por estratégia política) a afirmação taxativa de que a organização de uma especificidade técnica e intelectual dos jornalistas ou do jornalismo vai contra a liberdade corrente na área. O que não coaduna nesse discurso é o domínio exercido no interior do campo por proprietários de meios de comunicação, conglomerados que exercem outro tipo de domínio: o político e econômico. Uma das defesas de segmentos do jornalismo para validação da profissão e, no nosso interesse, de uma teoria pura (ou de teorias), é a capacidade de organização mais autônoma da profissão em torno da defesa – acreditam mais efetivas – de máximas como independência editorial, objetividade de apuração, aprofundamento da apuração, livre exercício e investimento em reportagens, fiscalização dos poderes, etc. Esses discursos, por outro lado, também servem como argumento contrário à profissionalização ou contrária a uma autoridade acadêmica para explicar o jornalismo. Ao analisar os textos, realizar entrevistas, averiguar argumentos, torna-se necessário reconhecer as relações de força no interior do jornalismo e de diferentes setores dele com outros grupos de legitimidade, buscando acordos, estabelecendo trânsitos conceituais e de força política e interpondo conflitos. O estudo das teorias do jornalismo revela zonas obscuras, justamente porque não costumam ser esmiuçadas pelos teóricos do jornalismo, nem por seus críticos.

A dificuldade e a necessidade em estabelecer estratégias teórico-metodológicas coerentes para a constituição de tal análise é que o jornalismo produz imagens e narrativas sobre as diferentes esferas do mundo sócio-político e fenomenológico, capaz assim de produzir imagens (representação) do mundo. No entanto, a chave parece estar em reconhecer que a literalidade proposta para apresentar os fenômenos traz em si estruturas, regras, rotinas que revelam nuances dessa mesma prática que se esconde sob o seu discurso (ou está travestido no modo como cada jornal fala de si). Em outra camada de leitura – essa central para o intento aqui manifesto -, tais estruturas convertem-se novamente em acontecimentos, personagens e tramas, agora vinculando os intérpretes dessa fala sobre si, em suma, a organização de teorias do jornalismo, manuais conceituais que servem como uma espécie de arcabouço retórico para a instituição de um campo de análise particular.

---

<sup>3</sup> O principal argumento manifestado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, César Peluzzo, para justificar a não necessidade de formação específica para exercício da profissão de jornalista foi que não se podia creditar tal exigência a práticas que não tivessem fundamentações científicas.

Essa dupla prática recobre-se mutuamente e transforma-se conforme a mudança espaço-temporal. A particularidade das relações entre os diferentes agentes do jornalismo, o aumento de publicações acerca da teoria do jornalismo, o aumento do número de cursos, a criação de uma pós-graduação *strictu sensu* específica (e outra recém aprovada) e a criação de entidades científicas reforçam a dinamicidade dessa busca por construção e reconstrução da própria história. Essa necessidade acentua-se em momentos de crise e decisão política, como a tentativa de criação do Conselho Federal dos Jornalistas em 2005, as propostas de democratização da comunicação em 2008 e, destacadamente, na queda da obrigatoriedade do diploma em 2009. Nesse sentido, abundam signos, organizam-se discursos, adaptam-se conceitos, estipulam-se estratégias que não permitem dissociar saber e poder.

Por isso, a tarefa da pesquisa de fenômenos culturais e políticos dependem da análise minuciosa e crítica das fontes. Não apenas sob a forma de documento, como signo de verdade de outra coisa, mas nas próprias condições de produção dessas fontes (MICELLI, 2001). Especificamente, como pessoas e grupos produzem registros – livros comemorativos, biografias, literatura, filmes, propagandas, músicas, jornais – e deixam marcas que resistem ao tempo e configuram ícones ou índices do passado. As produções e as disputas ocorrem por regimes de verdade, por condições de existência, por manifestações de força, para acumular saber e poder.

É a partir do conjunto de fontes selecionadas pelo pesquisador e do exercício de reconstituição das condições de possibilidade dessas fontes que se torna possível diagnosticar circunstâncias da realidade social do passado de gerações anteriores ou do passado visto por nossa geração – o que os historiadores já chamam de presente. Ainda, perceber como uma série de construções é tecida sobre fatos e pessoas do passado, recontextualizando enunciados. Basta notar o quanto o Caso Dreyfus serve de modelo para a atuação intelectual e jornalística sendo atualizado a cada discurso, ou mesmo, como figuras históricas recebem versões conforme a época, como bem mostra Dosse (2009, p. 346-352) acerca de Napoleão, Joana d’Arc e Carlos Magno. Trata-se do trabalho histórico-social do “futuro do passado”, em que o pesquisador percebe como a cada circunstância são erigidos novos monumentos com a mesma matéria-prima enunciativa.

Esse pressuposto é importante também quando se estuda fenômenos com maior ressonância filosófica para os regimes de verdade contemporâneos. Foucault (2002) demonstra isso em seu exercício histórico-filosófico de reconstituição da história das ciências do homem. Da mesma forma Bourdieu (1996), ao estudar as condições de produção do discurso de uma estética pura na literatura francesa do século XIX e suas consequências para

conceitos como literatura, autoria, obra de arte e cultura. Os conceitos, as verdades filosóficas e os postulados estéticos não servem apenas para representar algo que está no mundo e que os pesquisadores e artistas (ou a ciência e a arte) têm a capacidade técnica e intelectual para apreender. Estão também marcando a posição desses mesmos indivíduos no interior do campo científico e artístico, como também constituindo o que é cada um desses campos e discursos.

Como ensina Bourdieu (2007) ao estudar o gosto, e Elias (2001) ao retratar a sociedade de corte, há uma relação entre a produção de subjetividades e a coerção da coletividade na qual está inserida, pois o gosto ou as proximidades ao rei classificam quem são as pessoas e também classificam aqueles que classificam. A cada ação de linguagem ou atuação simbólica, atualizam-se os códigos, os métodos, reconstitui-se a área, mantém-na.

Quando se trata de teoria, ou das grandes teorias, de uma área de conhecimento, encerra-se ali uma série de disputas políticas, sociais e também de busca pela validade epistemológica. Como explica Pollak (1989) acerca da memória, essas disputas não deixam de ser formas de ativação e reativação de um jogo pela hegemonia na memória coletiva da qual decorrem e para qual são feitas. Por isso, as proposições de um campo de saber e de ciência (para usar provisoriamente o conceito de Bourdieu) indicam conceitos e posições que recebem validade dos agentes desse campo e para a sociedade em geral. E, por conseguinte, uma região do não dito, de “anamnese histórica” (BOURDIEU, 1996, p. 324-329), de esquecimento.

A busca pela epistemologização do discurso e sua autonomia filosófica agregam relações específicas de conhecimento, de uma luta constante por constituir a (s) verdade (s) na (s) qual (is) práticas e discursos proliferam. Da mesma forma, a luta pela constituição de um campo de conhecimento autônomo cristaliza diferentes estratégias capazes de dar conta de uma história particular, de pais fundadores, de comentadores autorizados, de conceitos paradigmáticos, de linguagens específicas e de receituários para a atuação prática. Essas teorias costumam figurar em manuais que servem tanto para a sistematização do conhecimento acumulado para a formação de novos membros à linguagem esotérica, como para a demarcação de um lugar frente às demais áreas de conhecimento e de confrontação política. As teorias não são somente epistemológicas, são políticas. Como Bourdieu (1996, p. 332) atesta em relação ao campo da arte,

A ciência não pode fazer nada mais que tentar estabelecer a verdade dessas lutas de verdade e apreender a lógica objetiva segundo a qual se determinam as apostas e os campos, as estratégias e as vitórias; e relacionar representações e instrumentos de pensamento que se pensam como incondicionados às condições sociais de sua

produção e de sua utilização, ou seja, à estrutura histórica do campo no qual se engendram e funcionam.

A estratégia constante das pesquisas que trabalham a dinâmica dos discursos de autoridade é revisitar a região de gênese, o lugar em que as disputas políticas esotéricas e exotéricas estão mais explícitas para a criação de autonomia e para as mudanças de pensamento. Algo que Hunt (2007) descreve com riqueza de detalhes ao mostrar as transformações pelas quais passam os símbolos políticos na França logo após a Revolução Francesa. Houve um processo de reconstituição do imaginário, capaz de impor sobre a linguagem, as datas comemorativas, os templos, o sistema de ensino e demais rituais públicos um jogo constante de processos de rememoração de todos os indivíduos. A revolução não atinge apenas o alicerce político econômico, mas a rotina micro-histórica dos indivíduos.

É algo similar ao que Ricouer (2007, p. 220-227) propõe como “variações de escala”. Não se recomenda abandonar o plano macro como as condições econômicas, as coerções políticas e a conjuntura histórica para se pensar a relação entre as formas de conhecimento já consagradas acerca do homem, a estruturação acadêmica ou as relações que transpassam a prática dos jornalistas. No entanto, ao mudar a escala para as relações mais próximas, micro, são expostas indeterminações perante dominâncias estruturais, revelando micro-estratégias, negociações, manipulações das circunstâncias pelos agentes que compõem o campo em suas diferentes instâncias.

O jogo é como o proposto por Veyne (2011, p. 10-11), no qual o pesquisador coloca-se em um duplo, uma região de externalidade, observando e expondo a proposição dos diferentes atores do campo; e uma posição interna, repensando sua própria inserção nesse mesmo campo. Ainda, não se restringe apenas às diferentes formas de pensar e ideologizar o mundo, mas como essas maneiras de representação estabelecem e são estabelecidas por relações de materialidade (MARX; ENGELS, 2002). Essa materialidade é econômica, política e também cultural - revisitando a interpretação de Williams (1992) de que a cultura não pode estar localizada apenas na superestrutura, mas na própria materialidade que compõe e organiza a ação dos sujeitos em sociedade.

Ao repensar metateoricamente o jornalismo, tenta-se constituir um mosaico de fontes teóricas capazes de dinamizar as interpretações advindas das características desse objeto. Perseguir o objeto com o olhar crítico, cético e também positivo. Isso na intenção de trazer o máximo possível de dinâmicas capazes de revelar uma transversalidade que remete ao próprio modo como as teorias do jornalismo são dispositivos de organização de um conjunto de atores sociais que defendem uma autonomia acadêmica para o jornalismo.

A isso remete a visão arqueológica de Foucault (2005), preocupada em reconstituir historicamente como um determinado enunciado (no caso, o jornalismo como um tipo específico de saber) emerge no campo das discussões intelectuais, constitui para si uma história, estabelece marcos de transposição de obstáculos e tenta instituir um lugar [agora com termos de Bourdieu (2010)] na economia e no poder simbólicos em disputa - tanto na intelectualidade política quanto acadêmica. Nesse ponto, “Ao invés de percorrer o eixo consciência-conhecimento-ciência (que não pode ser liberado do índice da subjetividade), a arqueologia percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência” (FOUCAULT, 2005, p. 205). Ou seja, ao invés de separar tacitamente a ciência (ou a epistemologia) do saber (incutido de disputas políticas, de linguagem e ideológicas), busca-se identificar como a ciência está inscrita e funciona como elemento de saber. Como a ciência é utilizada pela política e se utiliza desta.

Isso não significa o descarte da análise epistemológica, como indicaria Martino (2003) e grande parte dos epistemólogos, visto que, “[...] por um gradiente que caracteriza, sem dúvida, nossas culturas, as formações discursivas não param de se epistemologizar” (FOUCAULT, 2005, p. 219). Essa busca pela epistemologização não remete apenas a uma exposição do conhecimento acumulado e não ainda devidamente reconhecido, mas por um desejo de autoridade, uma forma de exercício político que busca vias de se legitimar.

[...] o discurso – como a psicanálise mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2005b, p. 10).

O papel de luta política não desautoriza a atenção para a luta pela validade epistemológica intrínseca a essa busca por autonomia. A negação *a priori* de uma inexistência de pertinência teórica e metodológica para o jornalismo revelaria uma imposição que poderia descaracterizar os esforços de epistemologização sem buscar compreendê-los. Ainda, permite que o exercício não verifique formas particulares de compreensão da prática jornalística, inclusive para rastrear em que medida é defensável uma autonomia frente a outras áreas das ciências humanas como Sociologia, Ciência Política, História, Linguística e mesmo a Comunicação.

Portanto, vale ressaltar que a importância da validade, explicitação e objetivação das teorias gera mais poder àqueles que as operam. Bourdieu (2008, p.125) destaca que o “efeito da teoria” será tanto ou mais poderoso e duradouro “[...] quanto mais a explicitação e a

objetivação estiverem fundadas na realidade, fazendo com que as divisões pensadas correspondam mais exatamente às divisões reais”. O potencial mobilizado pelas teorias - continua Bourdieu - será mais forte conforme encontre maior respaldo pelos membros do grupo para sua caracterização e reconhecimento, bem como para o aumento do conhecimento acumulado reconhecido socialmente.

Lançando a pergunta de uma posição de exterioridade, pensar como se constitui um quadro de entendimento (o que Bourdieu considera como grade de leitura e Foucault de discurso) para a operacionalidade de tais teorias. Diferentes descobertas e axiomas entram em um sistema de discurso, ora como operadores de reforço das práticas, ora como motivadores de transformações dessas mesmas práticas e, em alguns casos, dos próprios discursos. É a capacidade de um grupo de explicar o desenvolvimento de uma prática social – no caso o jornalismo – e de redobrar-se para contar uma história de si que gera um contexto de justificação das práticas, de proposição de inovações, de defesa frente a outras áreas e de perpetuação do grupo por meio do ensino e do sistema de devotamento gerado pelas relações de professores e discípulos. Nesse sentido, as teorias são monumentos de ritualização de poder e de saber. A teoria é um tipo de recorte sobre o mundo, capaz de iluminar um tipo de historicidade específica, uma zona do certo e do errado, de autorizados e de profanos, de interdição e, principalmente, de uma “vontade de verdade” (FOUCAULT, 2005b).

Ao se estudar as produções humanas, Foucault indica que os estudiosos preenchem uma espécie de vazio que há entre os acontecimentos, gerando diferentes formas de regularidades e encadeamentos, capazes de garantir um sentido. O arquivo e seus documentos são resultados de diferentes produções desses sentidos. Ao apresentar os acontecimentos tentando expor as “vontades de verdade” que os recobrem, o autor revela as congruências dos processos que condicionam verdades, relações de poder e estruturas éticas.

Reconhecendo que os documentos não são signos de outra coisa, mas são construídos, Foucault apresenta as diferentes estratégias que homens, instituições e sociedades lançam para constituir sua própria historicidade e representação do mundo. Assim, os documentos e testemunhos – materiais de trabalho para historiadores, sociólogos e demais cientistas sociais – não são uma massa amorfa de verdades estabelecidas pacificamente e no qual o pesquisador utiliza como uma prova cabal para sua pesquisa. São, todavia, resultado de disputas, de condições de possibilidade que tornam possível uma fala, um texto e não outro. Por isso, Foucault conceitua os monumentos e não os documentos. Um documento significa o signo de outra coisa, um significante da verdade que está ali escondida. Monumento, por sua vez, é o



resultado de um trabalho, de uma valorização que certos fatos (de discurso ou não) recebem e pelo qual a história define seu trabalho (FOUCAULT, 2005, p. 7-8).

A postura aqui é de se colocar na dobra que permite entender o que propõem as teorias do jornalismo, em que condições elas são propostas e como elas são organizadas pelos diferentes comentadores. O que Bourdieu (2008, p.120) chama de di-visão, e que responde a uma ordenação de “[...] poder político no teatro político que realiza e oficializa as visões do mundo e as divisões políticas”.

Se com Foucault e Bourdieu temos as regiões de confronto das teorias com regiões do pré-científico e das consequências políticas, Ricouer permite a discussão de confronto de diferentes tradições de teorias na busca por uma depuração da validade epistemológica de uma disciplina – no caso dele, a história. Ao estudar a abordagem de Ricouer, é possível deduzir como a pretensão de verdade e a capacidade narrativa - problemas também colocados pelas atuais teorias do jornalismo - são discutidos pela história desde o século XIX. Muitas obras da história estão preocupadas em divisar a objetividade e a subjetividade do trabalho do historiador; se a natureza do conhecimento histórico é nomológico (baseado em leis universais e científicas) ou idiográfico (baseado na tipificação e particularização do conhecimento); se a história explica ou compreende; é narrativa e poética ou é científica e silogística. O historiador transmite a realidade do passado ou constrói essa realidade? A história é tarefa de um artista, de um cientista ou de um político? Não seria a história somente um exercício retórico e anacrônico? Ricouer (1994; 2007) conclui que a história é um exercício narrativo com característica epistemológica, sendo indissociável da prática narrativa do historiador a busca pela verdade<sup>4</sup>.

O percurso proposto pelo filósofo é o de um trabalho de comparação hermenêutica entre os processos de convergência e afastamento da disciplina história perante a literatura e a filosofia. Com essa indicação, oferece ricas ferramentas metodológicas para uma análise dupla, uma vez que a divisão proposta por ele para explicar a epistemologia da história torna possível a transposição para o trabalho da sociologia [remetendo inclusive ao jogo sociologia histórica e história social – a primeira indicada por Elias (2001) e a segunda tendo por um de seus representantes Chartier (2001)]. Ricouer (2007, p. 146-147) propõe três fases para entender a operação histórica: a fase documental (que vai da declaração de testemunhas oculares à constituição do arquivo, tendo como programa a “prova documental” – incluída aí a crítica dos documentos de Foucault); a fase explicativa/ compreensiva, “[...] concernente aos

---

<sup>4</sup> Essa conclusão está vinculada à visão hermenêutica de Ricouer de que compreensão e explicação não estão dissociadas, uma vez que o autor de um texto possui a tarefa de explicar mais para que o leitor compreenda melhor (GENTIL, 2008, p. 21).

múltiplos usos do conector “porque” em resposta à pergunta “por quê”: por que as coisas se passaram assim e não de outra maneira”; e a fase representativa, de transposição para a forma literária dada ao conhecimento dos leitores. Ricouer (2007, p. 155) lembra que “[...] com o termo fase não se tem em vista estágios cronologicamente distintos da empreitada, mas níveis de programa que somente o olhar distanciado do epistemólogo distingue”.

O jornalismo também apresenta uma dinâmica de produção da informação que revela a tríplice categorização proposta por Ricouer na operação historiográfica. Há um exercício de reportagem, de pesquisa, de contato direto com as fontes e da busca pelo testemunho; um processo de depuração do texto, de enquadramento nas rotinas de escritura do jornalismo que envolve um aspecto de explicação/ compreensão; e, por sua vez, uma fase de “representância”, de oferecimento de constituição do texto pelos tropos narrativos e retóricos e pelo processo de leitura e reverberação desse mesmo texto para os leitores (pessoas e instituições).

No entanto, mantendo a proposição de Ricouer (2007), há uma diversidade da escala de observação dessa realidade pelo jornalismo, visto que o jogo espaço/ temporal de recorte da realidade é mais exíguo, os testemunhos levam em conta um impacto imediato na realidade proporcionada pela capacidade de veracidade do jornalismo e o jornalista converte-se ele próprio em uma das testemunhas. Esse papel de indicar as coisas do jeito que foram recebe ainda o reforço do aparato técnico que lança uma capacidade de acompanhamento “ao vivo” e de circunscrição que se pretende “espelho” do fato no momento em que ocorre. Essa mudança no primeiro campo de mimese do real desloca a posição da operação historiográfica mais particularizada para um avanço do registro sobre o papel de explicação/ compreensão e também de representância. O que parece ocorrer é uma hipostasia dos fatos em narrativa verdadeira, subsumindo as fases de explicação/ compreensão e de representância.

Mas essas duas últimas fases continuam lá e são dinâmicas importantes para se pensar o processo que o jornalismo opera na produção de documentos e de memória coletiva. Isso acontece pela disputa de quais instrumentos o jornalista dispõe para planejar sua pauta, tecer opiniões aprofundadas e mesmo interpretar situações que não estão na superfície dos fatos, mas nas estruturas que os engendram. Ainda, presume um jogo estratificado de técnica narrativa que ora anula o aparato de linguagem (imagem, som, escrita) em favor de uma espécie de contato direto com o real; ora mergulha na estrutura estilística, buscando formas de conquistar o leitor pela fruição do texto e por estratégias retóricas que variam das mais prosaicas às mais vinculadas à estilística culta. No jogo de compreensão e explicação, de opinião fundamentada e verdade factual, e no processo de re-produção do trabalho jornalístico

pelos leitores e diferentes entidades sociais que a disputa pelas teorias do jornalismo ocorre mais evidentemente – seja pelos processos de política editorial dos veículos como pela disputa ocorrida na academia e nas esferas sindicato/ governo/ empresários.

É aí também que o processo de reconstituição da memória e das disputas políticas acentua-se. Recuperando Hunt (2007) e Marx (2002), podemos indicar com De Certeau (2007, p. 24) que a produção jornalística mantém uma base que remete à idéia de produção da esfera econômica. Ou seja, são homens e mulheres lutando pelos modos de existência mais básicos como viver, comer, morar, vestir e, de alguma forma, reconhecer-se no mundo por um processo de externalização da memória em palavras. Essas necessidades complexificam-se conforme são supridas as mais básicas. São a partir dessas necessidades que os homens disputam hegemonia uns sobre os outros e formas de representação que prevaleçam em detrimento de outras.

Os estudos culturais/ histórico/ sociais indicam que as disputas por esse processo de formação do imaginário são fulcrais para o entendimento dos processos de organização e de transformação da sociedade. O jornalismo é resultado também desse processo contínuo de construção e destruição da memória coletiva, índice das disputas políticas e dos anseios de homens e mulheres por representação. E pelo fato do jornalismo externalizar-se em produtos, possui dinâmicas que excedem somente a necessidade básica de informação diária para lançar o maior número possível de pessoas à cena política da atualidade. De algum modo, o jornalismo nos convida a atuarmos politicamente e, ao realizar esse incitamento, posiciona-se politicamente também. É dessas dinâmicas que surgem anseios por circunscrever, regular, compreender essa produção humana. As teorias do jornalismo não deixam de tentar marcar politicamente seu papel nessa disputa pela prática política.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 7-25.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O Método em Sociologia: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2004.

CONDE, Maria R. **Comunicación, Opinión Pública y Prensa en la Sociología de Robert E. Park.** Madrid, Siglo Veintiuno, 2000.

DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida.** São Paulo: Edusp, 2009.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do Saber.** 7ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 2005b

GENTIL, Hélio S. (2008). O que é Interpretar. **Revista Mente, Cérebro e Filosofia**, nº 11. São Paulo: Duetto Editorial, 2008.

HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEPENIES, Wolf. **As Três Culturas.** São Paulo: Edusp, 1996.

MACHADO, Roberto (1982). **Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MARTINO, Luiz C. As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação. In: LOPES, Maria I. V. (org). **Epistemologia da Comunicação.** São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 69-101.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã – Feuerbach.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEDITSCH, Eduardo. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** In: Biblioteca on line das Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em 06. dez. 2011.

MICELLI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira: 1890-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais à Brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PONTES, Felipe S. **Teoria e História do Jornalismo: desafios epistemológicos.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis (SC): Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, 2009.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa** – tomo 1. Campinas (SP): Papirus Editora, 1994.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa** – tomo 2. Campinas (SP): Papirus Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. **Tempo e Narrativa** – tomo 3. Campinas (SP): Papirus Editora, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VEYNE, Paul M. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.